

ATA N.º 5/2022

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas 21h30m, a Comissão Permanente “Comissão Permanente de Acompanhamento da Transferência de Competências do Estado Central para as Autarquias Locais e da Reorganização Administrativa das Freguesias (TCRAF)”, convocada nos termos do disposto no artigo 47.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Braga, convocada pelo Sr. Presidente da Comissão, João Orlando Travassos Freitas Alcaide, procedeu a reunião na Sede da União de Freguesias de São José de São Lázaro e São João de Souto, instalada no Largo Carlos Amarante, desta cidade, com a participação dos Membros da Comissão que se identificam e que representam os seguintes Partidos:-----

João Orlando Travassos Freitas Alcaide, do PSD-----

Adélia de Jesus Gonçalves da Silva, do PSD-----

Maria Ester da Silva Taveira, em substituição de João Filipe Monteiro Marques, do PSD-----

Manuel Joaquim da Silva Pinto Barbosa, do PSD-----

Rui Nuno Gonçalves Marques, do PSD-----

Francisco Manuel Pereira da Silva, do PS-----

Pedro Afonso Teles, do PS-----

José Miguel Ferreira da Silva, em substituição de Nelson Jorge Ferreira Duarte, do PS-----

Jorge Fernando da Silva Dias, do PS-----

Palmira Maciel Fernandes da Costa, do PS-----

Luís Filipe Paiva da Mota Pedroso, do CDS-----

Bruno Miguel Carvalho Machado, do IL-----

Faltaram:-----

Pedro Miguel R. Simões Casinhas, CDU; João Manuel Tinoco Ribeiro da Silva, IND; e Carlos Alberto Sousa Duarte Neves, CDS-----

Estiverem presentes como Observadores:-----

Pedro Mariz de Sousa Borges Macedo, como Observador do PPM -----

Nuno Durval Ribeiro Cruz Silva, como Observador do AL-----

Tiago Teixeira, como Observador do PAN-----

A reunião foi conjunta com a Comissão dos Assuntos Sociais e Saúde. Esta começa com a intervenção do Dr. Américo Afonso, Presidente da Comissão dos Assuntos Sociais e Saúde, que fala nos novos desafios da delegação de competências nesta matéria, agradecendo a disponibilidade da Sra. Vereadora da Câmara Municipal de Braga, Dra. Sameiro Araújo, a quem passou a palavra.-

Começou esta por esclarecer alguns pontos na área da saúde, explicando os motivos pelos quais o Município não ficou mais cedo com estas competências, por falta de envelope financeiro, face a um pequeno cronograma com a descentralização das competências que acompanha com "Powerpoint", que juntamos a esta Ata após a sua disponibilização.-----

Assim, após esta exposição, informam que passam 18 (dezoito) edifícios para a gestão do Município, assim como as viaturas do ACES Braga, transitando também 68 (sessenta e oito) assistentes operacionais para o Município, assim como todos os contratos logísticos e garantias bancárias e 4 (quatro) com contrato de arrendamento. Assim, com a descentralização, o Município irá arrecadar: €2.464.454,00 (dois milhões quatrocentos e sessenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e quatro euros), aguardando-se a receção definitiva desta descentralização.-----

Preocupante, o estado de conservação de algumas infraestruturas, que gera logo a questão da diferença entre obras de conservação ou de manutenção, que são as que estavam assinadas. Agradece-se informação por parte do ACES/ARSNORTE, para aferir de quem é a responsabilidade do arranjo dos equipamentos que não merecem condições normais de funcionamento com AVAC'S ou ACES, condicionados, avariados, ou até alarmes de intrusão. Ainda se questiona, quem pode conduzir as viaturas que agora passam para a alçada do Município. -----

O Dr. Américo Afonso fez referência que apenas transitam serviços e funcionamento. Questiona como é que ficam as SNS'S. Questiona ainda acerca do licenciamento por parte da Entidade Reguladora de Saúde, se efetivamente vêm devidamente licenciados pela entidade que agora passará a órgão de

fiscalização. Temendo, que o funcionamento seja posto em causa, até por uma questão de operacionalização com os assistentes operacionais.-----

Palmira Maciel, refere enquanto utente, e desde logo dependente desta unidade de saúde. Sendo adepta de descentralização, acha que os funcionários da Câmara fizeram um bom trabalho, dizendo que deverá haver diretivas claras nos autos de transferência de competências. Defende e parabeniza a boa relação da Câmara Municipal e o ACES de Braga. Acha que desta forma se estará mais próximo da população, questionando para que se destina a verba atrás referida e para quanto tempo. Fala ainda nas hierarquias do pessoal, saber como vai ser este processo, a Sra. Vereadora manifesta que o pessoal é bem vindo. Expressando ainda preocupação quanto ao estado dos equipamentos defeituosos que vierem. -----

Pedro Macedo mostra preocupação com o estado dos edifícios que estão em risco de ruir. Ainda como não existe um histórico dos equipamentos de calor/frio, não se sabe o valor a considerar, e na ausência dos mesmos equipamentos, corremos sérios riscos de legionela, pelo que considera que isto é um presente envenenado, na medida em que o melhor edifício na esfera da saúde é o Edifício Paulo Osório.-----

Cláudia Serapicos, da Comissão dos Assuntos Sociais e Saúde, mostra preocupação com a passagem do pessoal, na medida em que apenas passam os assistentes operacionais, podendo haver técnicos superiores que fazem o serviço dos assistentes operacionais.-----

A Sra. Vereadora refere que: Em risco de ruir, existem edifícios para tratamento de toxicodependentes, pese embora haja muitos edifícios completamente obsoletos.-----

Por sua vez, Pedro Macedo refere que o Estado se está a demitir das suas funções, entregando edifícios em muito mau estado.-----

Rui Marques felicita a apresentação deste trabalho no processo de descentralização. Acresce que deveria ser efetuado com uma lógica de responsabilidade, e não apenas com o poder economicista que empurra com a

barriga, não garantindo uma negociação saudável, de forma a não onerar em demasia a autarquia. Refere que a manutenção a ser efetuada pelo Município, deveria exigir que na manutenção dos equipamentos fosse efetuada uma vida útil do equipamento, e partindo-se para a aquisição de novo equipamento visto que a manutenção ficará mais cara com esta manutenção. Apelando ainda para a verificação dos custos energéticos. -----

Tiago Teixeira, enquanto observador do PAN, questiona se foi efetuada a comparação com outros Municípios, se o pessoal existente nos edifícios é ou não suficiente. A Sra. Vereadora refere que tem conversado com alguns Municípios, no sentido de articularem o melhor possível. Quanto aos assistentes operacionais do ACES, face à situação atual e informação que dispõe, os mesmos são suficientes.-----

Américo Afonso volta a referir que a entidade que vai regular estes serviços é exatamente o ACES, pelo que defende que deveria ser construído edifício de raiz, tendo em conta a resposta de proximidade e a Entidade Reguladora da Saúde. Dando resposta de proximidade e a Entidade Reguladora da Saúde, deveria entregar os edifícios devidamente licenciados, lamentando que a má experiência que lhe deixa uma angústia a pensar que os edifícios deveriam passar de forma limpa e arranjada, cumprindo com a legislação de funcionamento, quer em termos construtivos, quer legais.-----

João Alcaide encerra a reunião, referindo o desafio e oportunidade das transferências de competências.-----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida, foi aprovada por ----- pelos eleitos presentes, e que vai ser assinada pelo seu Presidente e Secretária.-----

O PRESIDENTE _____

A SECRETÁRIA _____